

Portaria Interministerial nº 1, de 30 de setembro de 1988

Os Ministros de Estado da Agricultura, do Interior e da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, no uso de suas atribuições.

Considerando, a necessidade de harmonizar a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária, nos seus aspectos de assentamento, colonização e política florestal e ambiental;

Considerando que é o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF¹, criado pelo Decreto-Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967, a entidade encarregada de zelar pela observância do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965);

Considerando a competência conferida à Secretaria Especial do Meio Ambiente — SEMA², pelas Leis nºs 6.902, de 27 de abril de 1981, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, resolve:

I — Determinar que sejam ouvidos, a nível central, concomitantemente, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF e a Secretaria Especial do Meio Ambiente SEMA, objetivando manifestação quanto as respectivas competências:

a) em todos os processos de aquisição de imóveis rurais para fins de reforma agrária, quer através de desapropriação por interesse social, ou por qualquer outra forma em direito permitida, antes da propositura do decreto expropriatório ou de exarada a decisão final;

b) quanto da destinação de terras devolutas para assentamento de agricultores;

c) em todos os projetos de colonização particular submetidos ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

1 O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF extinto pela Lei nº 7.732, de 14 de fevereiro de 1989 foi substituído pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama, criado pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 com alterações das Leis nºs 7.804, de 18 de julho de 1989 e 8.028, de 12 de abril de 1990.

2 A Secretaria Especial do Meio Ambiente — SEMA extinta pela Lei nº 7.735/89, foi substituída pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama, criado pela Lei nº 7.735/89, com alterações das leis nºs 7.804/89 e 8.028/90.

II — Estabelecer que os órgãos ouvidos se pronunciarem no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Esta Portaria entrará em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Iris Resende Machado

João Alves Filho

Leopoldo Bessome

(DOU de 05.09.88)